

CONSELHO DISTRITAL ORDINÁRIO DE AVEIRO DO STI

Aos 16 de abril de 2025, na sede da Direção Distrital de Aveiro do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, sita na Rua de Angola, 42, Loja L, decorreu o Conselho Distrital Extraordinário de Aveiro do STI, convocado em 01 de abril de 2025, nos termos do n.º 4, do art.º 34, dos Estatutos do STI, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;**
- 2- Análise da Situação Político Sindical;**
- 3- Análise dos pontos para o Conselho Geral de 28 e 29 de abril de 2025;**
- 4- Eleição da delegação do STI de Aveiro para o Conselho Geral;**
- 5- Diversos.**

Presidiu ao Conselho Distrital, o Presidente da Direção Distrital de Aveiro, Nuno Rodrigues (PDD), coadjuvado pelo Vice-Presidente da Direção Distrital de Aveiro, Nuno Nogueira (VPDD), do Vogal da Direção Distrital de Aveiro, Sérgio Neto (VDD), do Tesoureiro da Direção Distrital de Aveiro, Paulo Bastos (TDD) e do Secretário da Direção Distrital de Aveiro, Eduardo Fernandes (SDD).-----

Foram abertos os trabalhos, com a verificação das presenças das delegações de base, estando presentes os seguintes (DS):-----

Pedro Jorge – SF Aveiro 1, José Grifo – SF Oliveira do Bairro, Carlos Bernardes – SF Castelo de Paiva, César Lima – SF Feira 1, Luís Costa – SF Oliveira de Azeméis, Carlos Coelho – SF Espinho, Paulo Martins – Alfândega de Aveiro, Joana Luís – DF Aveiro (edifício sede), Nuno Pereira – SF Ílhavo, Pedro Castro – DF Aveiro (inspeção tributária), Fernando Gonçalves – SF Arouca, Isabel Teixeira – SF Aveiro 2 e Fernando Baptista – SF Anadia.

Estavam também presentes, Leonel Frazão, Tesoureiro da Direção Nacional (TDN) e Telmo Bastos, Vogal da Direção Nacional (VDN).-----

O PDD, deu as boas vindas aos novos delegados sindicais, Isabel Teixeira, do serviço de finanças de Aveiro 2 e Fernando Gonçalves, do serviço de finanças de Arouca e saudou os restantes presentes.-----

Seguidamente passou-se à ordem de trabalhos.-----

1 – Informações----

Efetuada pelos PDD e VPDD o ponto da situação sobre o estudo sobre “burnout” a realizar em parceria com a Universidade de Aveiro, sendo informado que se encontra numa fase de submissão ao conselho deontológico daquela instituição, apontando o PDD que, na fase de recolha de dados, a participação dos delegados sindicais será importante, na medida em que será necessário o apelo à participação, uma vez que o estudo só será útil se tiver participantes suficientes.-----

2 – Análise da situação político sindical----

O PDD, deu a palavra ao SDN, que cumprimentou os presentes.-----

Referindo-se às alterações introduzidas pelo DL 58/2025 de 1 de abril, no diploma de carreiras, o sindicato tentou o melhor possível. Informou que a discussão sobre estas alterações ocorreu num domingo à noite e segunda de manhã, acrescentando que as versões que foram sendo atualizadas, começaram por uma primeira mais positiva, sendo que a terceira, já era má. Referiu-se à intervenção da presidente do STE, Helena Rodrigues, que sustentando-se numa questão de igualdade com os técnicos superiores, que também tinham perdido pontos, desde logo defendeu a perda dos mesmos, factualidade que, segundo o SDN, não estava prevista na primeira versão apresentada.-----

Abordou seguidamente a Lei 26/2025, que, nos casos de agressão a funcionários da inspeção ou de elementos que fazem atendimento ao público, a instauração de inquérito criminal passa a não estar dependente de queixa do agredido e pode ser despoletado pelo MP, quando dos factos tenha conhecimento. Acrescentou o SDN que esta alteração decorre de uma exposição muito bem efetuada pela Dra. Shital, qualificando esta alteração legislativa como uma vitória do STI.-----

Abordando novamente as alterações ao 132/2019, o SDN, indica que a cláusula de salvaguarda não inclui a avaliação de 2026, que é também esta a opinião da jurista do STI e que, quem acumular 6 pontos em 2025, sobe pela tabela antiga, ou seja a subida efetiva é a diferença entre as tabelas, terminando com asserção segundo a qual, esta questão tem que ser esclarecida, colocada por escrito, para que se possa reagir, nomeadamente nos tribunais, afirmando ainda que, a primeira proposta apresentada não previa esta redação.----

Abordou o SDN, seguidamente, a não adaptação do sistema informático de avaliação de desempenho, que não está preparado para a avaliação SIADAP 23/24.-----

Interveio a DS DF Aveiro, apontando que além dos constrangimentos, os ciclos são agora anuais e estamos a meio do ciclo de avaliação sem que hajam ainda não objetivos definidos.-

Respondeu o SDN, respondendo que se esperam problemas com a definição dos objetivos, lembrando que estamos em fase de eleições e que podemos não ter objetivos antes de setembro.-----

Prosseguiu o SDN, informando que o presidente da direção nacional (PDN), já falou a DG e Sub. DG, Ângela Santos sobre as alterações ao 132/2019, indicando ainda que, quanto a diretores de finanças, nem todos têm a mesma interpretação das alterações.-----

Interveio o VDN, acerca da necessidade de contactar os diretores de finanças, tendo em vista a sensibilização destes, no sentido de gerir a atribuição das notas, de modo a mitigar injustiças.-----

Interveio o DS Feira 1, mostrando indignação pela assunção do STI, quanto à perda de pontos, quando taxativamente isso não está plasmado no diploma de alteração ao 132/2019.-

Respondeu o SDN, afirmando que está assumido pela tutela a perda de pontos.-----

Questiona o DS Espinho quanto a medidas a tomar.-----

Chegada do DS DF Aveiro Inspeção 2, Francisco Fachada.-----

Respondeu o VDN, através de pressão política e recurso aos tribunais.-----

Continuou o SDN no uso da palavra, afirmando que estava delineada a revisão da carreira para o primeiro semestre de 2025, mas que, entretanto, tivemos queda de governo. Refletiu que ainda assim, temos um novo SIADAP e a resolução do 38.º, referindo que para estes resultados teve grande importância a manifestação, que surpreendeu o governo.-----

Continuou e referiu que, foi apresentada uma proposta inaceitável, que presume que seria uma proposta da DGAT, onde era proposta a valorização apenas a partir da sétima posição, algo que era inaceitável e que o PDN rejeitou, afirmando mesmo que ou era para todos ou não era para ninguém. Reconheceu o SDN que a proposta do STI para a valorização da carreira era de 5 posições, para que fosse conseguida a valorização de 3 posições.----

Interveio o VDN, apresentando a tabela proposta pelo governo com a alteração a partir da sétima posição.----

Questionou a DS DF Aveiro se seria a tabela proposta em tempo pela AT.-----

Respondeu o VDN que continua sem se saber o teor dessa proposta.-----

Questionou a DS DF Aveiro se havia margem para negociação.-----

Respondeu o SDN que a SEAP mostrou estar com vontade em mexer nas carreiras.-----

Interveio o DS Anadia, afirmando que se devia combater a perda de pontos e acabar com as posições virtuais.-----

Interveio o VDN, apontando que tem o entendimento que, quanto à perda de pontos, teríamos hipóteses de vencer no campo judicial, pois não lhe parece que o instrumento legal Lei, possa ser derogado por uma Decreto Lei.-----

Interveio o DS DF Aveiro Inspeção 2, explicitando que não lhe parece que assim seja, expondo o seu entendimento quanto à igual hierarquia dos dois dispositivos legais e exemplificando.-----

Interveio o SDN que, na sua opinião pessoal um processo judicial será ineficaz, pois demorará 20 anos.-----

Interveio o VDN, alertando que, não se tratando de um processo de massa, que a eventual ação judicial a instaurar implicará o pagamento de custas judiciais.-----

Referiu o SDN a importância do alerta, porque dificilmente será uma ação de massa, acrescentando ainda que é importante a gestão dos pontos, reiterando a ideia de solidariedade, apontando como exemplo o DF de Leiria, que enviou um e-mail a todos os funcionários, para, caso quisessem enviar as notas, pontos e expectativas de subida.-----

Interveio o VPDD, referindo que o comunicado do STI se congratula duas vezes e que quanto à segunda congratulação não pode concordar, reafirmando que não gostou de ler.-----

Retorquiu o VDN, que até os tribunais nos negaram a manutenção dos pontos e que por isso é uma vitória com a qual nos congratulamos.-----

Interveio o DS DF Aveiro Inspeção 1, apontando que o comunicado era vergonhoso, que era inadmissível este tom de simpatia para com a tutela e que foi abordado por sócios que representa, indignados, e que não tinha argumentos, que não sabia o que lhes dizer. Acrescentou que era lamentável considerar uma vitória o 38.º, que peca por tardio e era lamentável congratular-se com uma subida, que afinal para a maioria não é mais do que um adiantamento. Finalizou referindo que as palavras de regozijo e de alegria para com o governo, não deveriam estar no comunicado.----

Respondeu o SDN, afirmando que as palavras escolhidas poderiam não ter sido as melhores e, fazendo questão de apontar que falava em nome pessoal, afirmou que se calhar foram exageradas.-----

Interveio o PDD, apontando que um comunicado vincula toda a gente.-----

Respondeu o VDN, dizendo que, há hipótese da estrutura se pronunciar antecipadamente à publicação.---

Retorquiu o PDD, que é comum esse argumento da DN, de que os comunicados são postos previamente à disposição para contributos, mas que não deve a DN, resguardar-se nesse argumento. É a ela que lhe cabe a política sindical e tem de assumir o que faz.-----

Interveio o DS DF Aveiro Inspeção 2, declarando que também não gostou do comunicado, concordando com o VPDN e DS DF Aveiro Inspeção 1. Apontou que o comunicado demorou muitos dias a sair, questionando se é estratégia da DN e se tal não é pôr em causa tudo o que se ganhou com a manifestação. Questiona ainda se a DN fica contente com um adiantamento e questiona ainda como se pode contestar a norma transitória e perda de pontos se houve congratulação.-----

Abordou seguidamente o facto de o STI ter deixado passar a fase de discussão do orçamento do Estado.-----

Expõe depois o facto de a AT ser a entidade onde é mais usado o veículo próprio para deslocações em serviço, sendo que, na última atualização do valor do km, o gasóleo custava menos de um euro.-----

Responde o SDN com, questionando acerca do que se pretende. A continuação do pagamento de ajudas de custo ou a aquisição de viaturas para a inspeção, mencionando que a maior parte dos inspetores não vê vantagens na segunda opção.-----

Questionou o DS DF Aveiro Inspeção 2, acerca dos dias de férias perdidos, enquadrando os factos que levaram à sua concessão, questionando ainda acerca do subsídio de risco.----

Respondeu o SDN que, quanto ao assunto dos dias de férias e quanto às ajudas de custo, todos os anos o STI envia propostas para o OE, com vista à correção destas situações. Quanto ao subsídio de risco, está no programa da DN, a compensação para quem anda na rua, mas o que vai sendo dito é que já temos o FET.-----

Acrescentou o SDN, que o STI exige ainda a avaliação permanente para a aceleração da progressão e a revisão do FET.-----

Questionou o SF Ílhavo acerca da estratégia a seguir quando houver novo governo, se vamos ter um período de nojo.-----

Respondeu o SDN, que não podemos esperar propostas de alterações, assim como aconteceu com o SIADAP e com as mudanças na criminalização das agressões, tem de ser o STI a enviar projetos de diploma.----

Acrescentou que ele próprio era um dos maiores críticos da atuação do STI e agora, com um ano e meio de funções está surpreendido com tudo que fez e tentou fazer, referindo em contraponto as interações que tem com a DG, que encontra por vezes em eventos, sendo que, até a evita porque nada diz de proveitoso, tem um discurso vazio e contorna toda e qualquer questão.-----

Questionou o DS Alfandega de Aveiro, acerca da autoria das versões das alterações ao DL 132/2024 que circularam, se havia sido autoria da SEAP e quem foi o interlocutor do STI.---

Respondeu o SDN que as versões decorreram das interações entre a SEAP, a AT e o STI e que o representante do STI foi o PDN.-----

Informou o SDN que esteve em reuniões com vários grupos parlamentares e que apenas o CDS deu feedback positivo, mas solicitou que encontrasse alguém para apresentar as propostas. Quanto ao Chega, mostrou interesse, pediu contactos, mas até hoje ainda estamos à espera.-----

Indagou o DS Ílhavo porque é que continuam a entrar técnicos superiores via mobilidade apenas com uma entrevista.-----

Respondeu o VDN, informando que o STI tem contactado juristas e não se vislumbra forma legal de impedir essas entradas e que mesmo uma providência cautelar não seria eficaz. Refere que um advogado do Porto vê uma hipótese, mas com expectativa de decisão de 15 anos, o que não resolveria nada no imediato.-----

Interveio o DS DF Aveiro Inspeção 2, apontado que nada impede o STI de fazer um comunicado sobre esta matéria. Acrescentou ainda que, não havendo ainda objetivos em 2025, o que nos impede de pedir novamente a demissão da DG.-----

Interveio o VDN, informando que no Alentejo uma CM abriu um concurso externo para a admissão de trabalhadores, sendo o local de trabalho o SF.-----

Interveio o DS SF Arouca, apontando que o Ferraz disse que a APIT fez zero na negociação. Acrescentou que a APIT fez um comunicado de fácil leitura e em tempo útil, enquanto o STI fez um comunicado tardio e a congratular-se.-----

3 - Análise dos pontos para o Conselho Geral de 28 e 29 de abril de 2025

Apresentado genericamente o relatório e contas pelo SDN, o mesmo focou alguns aspetos como, o crescimento da taxa de sindicalização, também relacionado com a saída de sócios da APIT, mencionou o decréscimo na comparticipação de livros decorrente da ausência de AP, mencionou ainda que, quanto ao seguro de saúde e ainda com despesas médicas por considerar, já há prejuízo de €53.000,00. Focou ainda a estrutura da despesa por grupos e um conjunto de outros indicadores relevantes, indicando ainda, depois de questionado pela assembleia que a despesa da greve tinha ascendido a €250.000,00.-----

Posto a votação o relatório e contas foi aprovado por unanimidade.-----

4 – Eleição da delegação do STI de Aveiro para o Conselho Geral.-----

Sendo prática corrente neste distrito, apesar a da eleição de uma delegação permanente ao Conselho Geral, efetuada no primeiro Conselho Distrital após tomada de posse da Direção Distrital em exercício, a sondagem de eventuais interessados em representar este órgão deliberativo distrital no Conselho Nacional, não se verificou qualquer manifestação de interesse.-----

Nestes termos, a representação do CD Aveiro ao CG, será composta por, Nuno Nogueira, Vice-Presidente da Direção Distrital de Aveiro, que representará o PDD, que está impossibilitado de comparecer e pelos delegados permanentes, o DS Anadia, Fernando Baptista e o DS Feira 1, César Lima.-----

5 – Diversos.-----

Não havendo mais nada mais a tratar, o PDD declarou encerrado o Conselho Distrital, proferindo palavras de agradecimento aos conselheiros presentes.-----
